



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMZNAS

COMISSÃO DE GESTÃO DO TELETRABALHO

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2020

I - Identificação da Reunião

Data	Horário				Local/Modalidade	Coordenador(a)
03/07/2020	Início	10h15min	Término	12h	Virtual	Iêda Cláudia P. de Oliveira

II – Objetivo

Analisar os requerimentos de teletrabalho formulados pelas servidoras **Gisleina Melo de Oliveira Guimarães, Elciclêia Terezinha Neves Medella, Cristina Souza Criniti Aranha e Márcia Hineck Goetter.**

III - Participantes

Nome	Lotação
Iêda Cláudia Pinto de Oliveira	SGP
Jander Assis Valente	STI
Carmem Lúcia de Andrade Magalhães Costa	COMED/SGP
Luiz Eduardo Machado Pinheiro Salazar	COEDE/SGP
Orlando Correia Guimarães	COPES/SGP
Antônio Carlos de Castro Moreira	SEBEN/COPES/SGP
Celso Satoshi Ferreira Yamagushi	SEDES/COEDE/SGP
Elianne Andréa Moraes de Oliveira	GABSAO
Hugo Cesar Lindolfo Gomes	GABDG
Irlane Maria Ferreira de Andrade	SEADIP/CORE/SJD
Mariene Soares Pessoa Linhares	SELEN/COPES/SGP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

V – Processo/Análise/Manifestação

PADs	Pontos destacados na análise	Manifestação
<p><u>PAD n. 7344/2020</u></p> <p>Requerente: Gisleina Melo de Oliveira Guimaraes</p> <p>Lotação: GABSGP</p>	<p>1) constatou-se que o requerimento não atende a um dos requisitos exigidos para a concessão do teletrabalho, qual seja: a comprovação de que a requerente está lotada há pelo menos 6 (seis) meses na unidade para a qual prestará o serviço remoto.</p> <p>2) foi ponderado na reunião que do requerimento sob exame consta o registro de que a gestora da unidade de lotação reconhece o adequado perfil profissional da requerente para o trabalho remoto, constando, inclusive, que sob essa modalidade laboral a servidora alcança muito maior produtividade. Em face desse registro, a comissão considerou razoável afastar o cumprimento do requisito em questão.</p>	<p>- Pelo deferimento do pedido.</p>
<p><u>PAD n. 7339/2020</u></p> <p>Requerente: Elcicléia Terezinha Neves Medella</p> <p>Lotação: SEADIP/CORE/SJD</p>	<p>1) constatou-se que o requerimento não atende a dois requisitos exigidos para a concessão do teletrabalho, quais sejam: a) comprovação de que a requerente está lotada há pelo menos 6 (seis) meses na unidade para a qual prestará o serviço remoto; b) a unidade de lotação conta com apenas dois servidores.</p> <p>2) quanto ao primeiro requisito indicado, a comissão observou que tanto a chefia imediata quanto o gestor da unidade anuíram com o pedido de teletrabalho, tendo consignado tão-somente a necessidade de treinamento presencial nos sistemas utilizados na SEADIP, sendo razoável, portanto, afastar o cumprimento do requisito em questão.</p>	<p>- Pelo indeferimento do pedido de teletrabalho disciplinado na Portaria TRE/AM n. 233/2020, vislumbrando-se, porém, a possibilidade de que a servidora mantenha-se afastada do serviço presencial, pelo período requerido (21/07/2020 a 21/01/2021), com fundamento no art. 5º, §</p>

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 07/07/2020 03:11:33

Por: IEDA CLAUDIA PINTO DE OLIVEIRA e outros

TRE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

	<p>3) no tocante ao segundo requisito, não consta dos autos manifestação da própria requerente, nem da chefia imediata ou do gestor da unidade. Sua chefia imediata somente ingressou no final da reunião.</p> <p>4) foi ponderado que o requerimento da servidora registra motivação relacionada às suas condições de saúde. Assim, embora o requisito relativo ao quadro de lotação da unidade não esteja satisfeito, o art. 5º, § 2º, da Portaria TRE/AM n. 401/2020, exclui do regime de plantão extraordinário presencial “os servidores que integram qualquer dos grupos de risco definidos nas Diretrizes para Diagnóstico e Tratamento da COVID-19 do Ministério da Saúde”.</p> <p>5) o requerimento menciona que “em 17/03/2020 esta servidora solicitou, com fundamento no art. 11, inciso II, da Resolução TRE-AM nº 02/2020, autorização para desenvolver as atividades funcionais de seu cargo, remotamente, por ser portadora de doença crônica (asma). Pleito deferido em 18/03/2020. PAD n.º 03929/2020.”</p>	2º, da Portaria TRE/AM n. 401/2020. .
<p><u>PAD n. 15127/2019</u></p> <p>Requerente: Cristina Souza Criniti Aranha</p> <p>Lotação: GABSAO</p>	<p>1) constatou-se que o requerimento não atende a um dos requisitos exigidos para concessão do teletrabalho, qual seja: a comprovação de que a requerente está lotada há pelo menos 6 (seis) meses na unidade para a qual prestará o serviço remoto.</p> <p>2) a comissão ponderou que a anuência do gestor da unidade é indicativa do reconhecimento do perfil profissional da servidora</p>	- Pelo deferimento do pedido.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 07/07/2020 03:11:33

Por: IEDA CLAUDIA PINTO DE OLIVEIRA e outros

TRE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

	<p>para o trabalho remoto, sendo razoável, portanto, afastar o cumprimento do requisito em questão.</p> <p>2) em razão de estar cursando Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i>, a requerente tem prioridade para o teletrabalho, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso V, da Portaria n. 233/2020.b</p>	
<p><u>PAD n. 7429/2020</u></p> <p>Requerente: Márcia Heineck Goettert</p> <p>Lotação: Ainda não está definida no TRE/AM</p>	<p>1) foi observado que o PAD ainda não está pronto para ser analisado pela comissão, pois a servidora encontra-se removida para o TRE/RJ, por motivo de acompanhamento de cônjuge militar.</p> <p>2) somente após definida sua lotação no TRE/AM é que será possível examinar os requisitos ensejadores da concessão do teletrabalho pretendido.</p>	<p>- Pelo encaminhamento do PAD à COPES/SELEN.</p>

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 07/07/2020 03:11:33

Por: IEDA CLAUDIA PINTO DE OLIVEIRA e outros

TRE